

A RESISTÊNCIA POPULAR TERCEIRENSE A FILIPE II

CARLOS ENES

Nos seus mais variados aspectos, estão estudadas as causas da dominação filipina, os caminhos que levaram à ocupação do trono português pelo monarca espanhol e a oposição desencadeada por D. António, Prior do Crato, com o apoio de sectores populares para evitar que essa usurpação se efectivasse. Neste contexto, os Açores são evocados pela sua resistência tenaz as forças de Filipe II, na medida em que algumas das suas ilhas, lideradas pela Terceira, só se renderam em 1583, pela força das armas. Mas, de uma forma geral, os historiadores abordaram muito superficialmente o processo desencadeado nos Açores, sem aprofundarem as razões dessa resistência, nem explicarem o desenrolar dos acontecimentos e as suas contradições internas. O trabalho de Avelino Meneses, *Os Açores e o domínio Filipino (1580-1590)*, é a única excepção, mas a sua linha de interpretação difere em alguns aspectos da que passamos a apresentar.

Este trabalho pretende, portanto, analisar a resistência popular a Filipe II na Terceira, realçando a acção dos vários grupos sociais com interesses divergentes e mostrar como, num curto espaço de tempo, se desencadeou um processo revolucionário, liderado pelos oficiais mecânicos, que subverteu, em etapas sucessivas, a ordem política estabelecida!

1580: Um ponto de chegada

Viva el rei D. Henrique
No inferno muitos anos
Pois deixou em testamento
Portugal aos castelhanos.

As causas da perda da independência nacional não podem atribuir-se só, como é óbvio, ao comportamento do velho cardeal durante este agitado período da história

portuguesa. A anexação de Portugal por Filipe II de Espanha tem causas mais profundas que remontam à viragem mundial de 1517-23, à crise conjuntural que Portugal atravessava e à viragem de estrutura dos meados do século XVI. As dificuldades vividas no Oriente, a crise de produção cerealífera de 1521, a diminuição das remessas da prata alemã e do ouro da Mina são factores que contribuíram para o desequilíbrio da balança, inclinada cada vez mais para a lado de Espanha. Dado que Portugal não tinha metal precioso, e sem este não havia trato de especiarias, a única alternativa era furar o mercado espanhol, através do comércio legal e do contrabando feito na zona dos Açores, para obter parte do ouro do México e do Peru.

Deste modo, se foram estreitando aos poucos as ligações comerciais com a Espanha em detrimento, por exemplo, da ligação com Antuérpia, onde se extinguiu a feitoria portuguesa, em meados do século; os navios portugueses andavam ao frete entre os portos espanhóis, carregavam produtos a exportar para o Norte da Europa e a aproximação entre as classes dominantes dos dois países ibéricos reforçou-se com o cerco de adversários comuns - França, Inglaterra e, depois, Holanda.

"Nesta segunda metade de Quinhentos o império espanhol atinge o seu apogeu terrestre e marítimo e torna-se de tal modo poderoso pólo de atracção para o império português, a braços com crescentes dificuldades" que levou as classes dominantes portuguesas "a caminharem no sentido de Filipe II como o monarca espanhol caminha ao seu encontro". Ou seja, "1580 é mais um ponto de chegada do que um ponto de partida".

A aclamação de D. António, apoiado pelas classes populares, deitou o pânico nas hostes filipistas. A ânsia de derrotar o Prior do Crato, com receio de grandes tensões sociais, lançou, ainda mais, a nobreza e a burguesia nos braços de Espanha.

D. António, derrotado na batalha de Alcântara, fugiu para o estrangeiro, onde pediu auxílio às potências rivais de Espanha para continuar o combate a Filipe II e sustentar as ilhas que o apoiavam. A partir de então, a luta travou-se entre as potências da época que procuravam aumentar os seus mercados e possessões e o preço da ajuda das grandes potências a D. António implicava a entrega de parcelas do território português, quer à França, quer à Holanda. O conhecimento deste facto fez com que Filipe II acelerasse a máquina militar para subjugar as ilhas rebeldes dos Açores, devido à sua importância estratégica nas rotas das armadas das Índias Orientais e Ocidentais.

É dentro deste contexto nacional e internacional que se desenrolou a resistência nos Açores.

A situação social específica da Terceira

O presente trabalho não tem por objectivo dissecar a situação económico-social das ilhas neste período; vários autores já o fizeram, mas existem algumas questões que não foram devidamente esclarecidas e que são importantes para a compreensão das características da resistência ao domínio filipino.

O povoamento dos Açores transplantou e desenvolveu na região os mesmos grupos sociais com o mesmo estatuto dos do continente. Neste aspecto não existem diferenças significativas, mas a situação geográfica dos Açores, ponto de passagem obrigatória dos barcos que cruzavam o Atlântico, contribuiu para que nesta época se acelerasse o desenvolvimento económico do arquipélago. Desde o início, verificou-se um crescimento desigual entre as ilhas: Terceira e S. Miguel destacaram-se das restantes, mas a Terceira possuía algumas características que a diferenciavam no contexto insular.

A população da Terceira, em 1587, era de 17.395 habitantes, e a de Angra rondava os 8.400 (cerca de 49%); S. Miguel, na mesma data, tinha 20.273 habitantes, mas Ponta Delgada não atingia os 5.500 (26%)³. Eis a primeira diferença: Angra com a sua grande concentração populacional, distinguia-se do resto do arquipélago e as consequências sociais que daí resultaram foram significativas em todo este processo.

Se Lisboa era a grande cabeça do império, Angra era uma Lisboa em miniatura, como afirmou Frutuoso. Nos seus braços caíam famintos os que regressavam cansados das viagens das Índias, à procura de refrescos e mantimentos; no porto da cidade, os navios arrombados paravam, durante algum tempo, para as reparações necessárias a fim de completarem a viagem; os funcionários das alfândegas não tinham mãos a medir para fazer as contas das entradas e saídas de mercadorias e o negócio do contrabando contabilizava, pela calada, somas elevadíssimas.

Nos meses de maior movimento do porto, era um lufa-lufa para atender a todos, vendendo-se os produtos que precisavam, mas a bons preços: diz Frutuoso que os angrenses "esbulhavam os castelhanos nos excessivos preços das coisas que lhes vendiam"⁴.

Havia de tudo para os de fora e para os de casa. O vinho e o azeite vendiam-se nas tavernas, a carne nos açougues, mas o resto era vendido por toda a cidade. A carne era muito procurada, pelo que havia muita criação de gado: "só a Terceira tem tanto como todas as outras ilhas". Além da carne, havia o trigo, que se exportava em grandes quantidades, a fruta e o peixe fresco ou seco, para refresco dos navios.

Apesar da abundância dos produtos da Terceira, o mercado absorvia muito mais. A navegação inter-ilhas, canalizando variados géneros para Angra, era

bastante intensa, o que levou Frutuoso a afirmar que “as outras ilhas ao redor são quintas da ilha Terceira”⁵.

No porto de Angra reparavam-se e construiam-se navios, grandes e pequenos, que os comerciantes locais utilizavam por conta própria ou ao serviço da coroa. Angra era, assim, “uma Lisboa pequena, onde haverá quarenta tendas de ferreiros e serralheiros, e setenta e duas de carpinteiros de obra de caixilharia e ricos escritórios, e setenta de sapateiros, e trezentos pedreiros, e cinquenta carpinteiros de ribeira.”⁶ Mas não era só em Angra que se encontravam numerosos oficiais mecânicos: na Vila de S. Sebastião o seu peso era significativo e na Agualva, freguesia rural, existiam “cinco tendas de ferreiros, serralheiros e ferradores, seis de sapateiros, oito de alfaiates, e outras tantas de carpinteiros de carros, casas e caixas, e quarenta tecelões.”⁷

Segundo Frutuoso havia na ilha “todo o género de oficiais, senão oleiros de vidro”⁸ e eram bastante numerosos os ourives⁹, o que prova a existência abundante de metal precioso, base de toda a actividade económica.

Para além da grande densidade populacional em Angra e da existência de um significativo número de oficiais mecânicos, há outro aspecto que sobressai na cidade de Angra: é a existência de numerosas confrarias, cerca de 50, em torno das quais se agrupavam e organizavam os homens dos ofícios.

A dinâmica da economia terceirense, por solicitação do exterior, proporcionou o desenvolvimento de um importante sector de ofícios, o que diferenciou a estrutura socio-económica da ilha em relação ao resto do arquipélago. Alguns destes homens apresentavam boas disponibilidades económicas, podendo ser colocados nos sectores duma pequena burguesia abastada, mas no conjunto o lugar ocupado por eles na sociedade “é bastante diferente da dos nobres e altos comerciantes”; essa mesma dinâmica interna canalizou para Angra uma massa de assalariados pobres, libertos das peias senhoriais onde constituem “uma espécie de subproletariado sempre disponível e de rumo incerto”¹⁰.

Em S. Miguel, era menor a concentração populacional urbana e o número de oficiais mecânicos menos significativo. Nesta ilha, os ofícios só se desenvolveram a partir dos primeiros anos do século XVI, sendo até então “a vida incipiente muito difícil, por serem poucos entre nós os oficiais existentes”¹¹. A construção naval atingiu o seu apogeu nos meados do século XVI, mas os estaleiros encontravam-se dispersos por vários pontos da costa. Em relação a outros ofícios, as informações escasseiam e a lista que Luis Ataíde fornece mostra a sua insignificância.

Ora, este reduzido número de ofícios, a sua dispersão, a falta de organização e a não afirmação na sociedade dos oficiais mecânicos, como grupo autónomo, deram a S. Miguel uma dinâmica social diferente, muito dependente e controlada pelos detentores da terra e pelos grandes comerciantes.

As características sociais nestas duas ilhas explicam o desenrolar de um processo de resistência diferente face ao domínio filipino.

Ciprião de Figueiredo - de corregedor a capitão general

Em Maio de 1578, Ciprião de Figueiredo foi provido no cargo de Corregedor dos Açores, com residência na Terceira. Para além dos poderes inerentes ao cargo, acumulou, nos finais deste ano, as funções de Capitão-Mor de Angra e de S. Sebastião, o que lhe permitia uma vasta acção no campo militar.

Em Junho de 1580, D. António, foi aclamado rei de Portugal, em Santarém, pelas classes populares. Pouco tempo depois dessa aclamação, chegou aos Açores um emissário com cartas da Câmara de Lisboa e do novo rei português pedindo que as Câmaras das ilhas o aclamassem.

O emissário, António da Costa, passou por S. Miguel, tendo as classes populares e variados sectores da classe media, principalmente de Vila Franca do Campo, apoiado D. António com entusiasmo e sem hesitações. A posição assumida pela classe dominante micaelense tem gerado algumas dúvidas por falta de documentação que clarifique a sua atitude. Existem, todavia, alguns dados que nos levam a defender que o seu primeiro gesto foi de apoio à causa de Prior do Crato.

Frutuoso afirma que o Grão Capitão Francisco do Rego de Sá, elemento destacado da nobreza local, tomou voz por ele "no ano de oitenta, em a qual ilha teve provisões para ser governador dela, e depois de proceder nisto, lhe escreveu o dito D. António que o fosse buscar a Aveiro onde o esperava". Ora, é natural que outros elementos da nobreza tivessem seguido a atitude do Grão Capitão. Numa carta de Ciprião de Figueiredo dirigida a Câmara de Ponta Delgada, por esta ter aderido a Filipe II em Janeiro de 1581, pode ler-se: "Peza-me muito de se haverem em cousa de tanto peso de tal maneira porque têm a el rei D. António, nosso senhor, jurado por rei e natural senhor seu, e há tão pouco tempo que se queixavam de se cuidar que nessa cidade houvesse pessoa que imaginasse contra seu serviço..."

Apesar de não se conhecer documento que prove o juramento de fidelidade dos micaelenses a D. António, estas passagens mostram que a aceitação do Prior do Crato não foi, apenas, "brincadeira de meninos", como diz Frutuoso, tentando ridicularizar o apoio ao monarca português. Frutuoso revela, nesta e noutras passagens sobre os acontecimentos vividos em S. Miguel, ilha onde vivia, uma nítida simpatia por Filipe II. Só aparentemente existe contradição na sua obra, Saudades da Terra, quando na descrição dos acontecimentos terceirenses ha uma convicta posição favorável a D. António. Como se sabe, Frutuoso recorreu a informações de outras pessoas para obter dados sobre as restantes ilhas. Não terá alterado o texto que lhe foi enviado da Terceira, favorável a D. António, mas não deixou de marcar a sua posição quando escreveu sobre S. Miguel.

O comportamento dos terceirenses foi completamente diferente. O entusiasmo popular e a acção de Ciprião de Figueiredo foram importantes factores de mobilização para que as Câmaras apoiassem D. António e a nobreza local lhe jurasse fidelidade. As restantes ilhas seguiram as pisadas da Terceira colocando-se ao lado do rei português.

Terminadas as cerimónias de juramento a D. António, os terceirenses enviaram a Lisboa representantes seus para lhe transmitirem a firme disposição de o servir. Este primeiro gesto dos terceirenses redundou num fracasso: por um lado, os emissários – Estêvão Ferreira de Melo e Pedro do Canto, seu genro – quando chegaram a Lisboa já esta tinha sido tomada pelo duque de Alba, na batalha de Alcântara, ficando prisioneiros dos espanhóis; por outro, porque estes dois nobres se passaram para o lado de Filipe II e Pedro do Canto viria a servir de espião junto de D. António, quando estava refugiado em França.

Como era urgente obter notícias de Prior do Crato, o Corregedor e demais governantes escolheram novos emissários “por causa da inquietação do povo e por estarem suspensos sem saberem tomar resolução, por não saberem o que era feito do sr. D. António”¹². Os escolhidos desta vez foram mais felizes: encontraram o Prior do Crato refugiado no Norte do país, que lhes prometeu auxílio quando chegasse a França. Os emissários voltaram à Terceira com algumas cartas no bolso e recompensados com hábitos e mercês. Eram eles: Estêvão Cerveira e Jorge Lopes, procurador dos mesteres, e Frei Melchior, pregador e religioso franciscano. Se na primeira embaixada, os terceirenses se tinham feito representar por elementos da nobreza, na segunda enviaram elementos dos sectores que, desde o início, não vacilaram no apoio ao Prior do Crato. Por esta razão o povo recebeu com agrado a sua eleição e com entusiasmo festejou a sua chegada à Terceira. Nesse mesmo dia, quando o povo encontrava na rua alguns partidários de Filipe II obrigava-os a dar vivas a D. António.

Os ânimos levantaram-se e os municípios terceirenses elegeram Ciprião de Figueiredo Capitão-General e Governador das ilhas. Atirar as responsabilidades da liderança do processo para cima de Ciprião de Figueiredo, parece ser a tática de alguns sectores da classe dominante local, que já andava confusa e indecisa. Ciprião não rejeitou as responsabilidades e o povo não lhe contestava, por enquanto, a liderança.

O Governador procedeu à reforma de alguns “ministros territoriais” e chamou a oficialidade da milícia dos concelhos a prestar juramento a D. António. Não havia tempo a perder e tornava-se urgente saber com que forças se podia contar. As indecisões não podiam repetir-se, como já havia acontecido com a chegada à Terceira do emissário dos cinco Governadores do Reino que pretendiam o apoio dos terceirenses a Filipe II. O emissário não chegou a pôr os pés em terra mas, quando se deu o toque a rebate, alguns oficiais da milícia da Praia demoraram-se a

acudir, o que originou uma viva repreensão de Ciprião aos mesmos. O Capitão-General apercebendo-se das dificuldades que iriam surgir, escolheu homens da sua confiança para oficiais de ordenança e obrigou os outros, através de juramento, a reconhecerem os novos oficiais.

Estavam dados na Terceira os primeiros passos seguros e favoráveis à causa de D. António. Pressionado e apoiado pela inquietação popular, Ciprião de Figueiredo conseguiu, nesta fase, controlar e neutralizar as posições ambiguas dos mais poderosos da ilha. A nobreza jurou fidelidade a D. António, mas com pouca convicção. No continente, os seus pares beijavam os pés a Filipe II e esta traição social seria demasiado arriscada. As classes populares, tal como no continente, estavam de alma e coração ao lado do rei português.

Mata, mata este traidor!

A derrota de D. António na batalha de Alcântara reflectiu-se de imediato no arquipélago, clarificando o agrupamento das forças sociais nos seus diferentes campos.

Na Terceira, a oposição aproveitava-se do insucesso para contra-atacar de forma mais aberta. Os jesuítas agarraram as suas armas (Sagrada Escritura, púlpito e confessionário) para tentarem levar o povo a apoiar Filipe II. Diziam ao povo que não se importasse com a derrota de D. António porque o partido do rei de Castela era mais acertado, visto ser ele um rei poderoso e rico. Todavia, a oratória dos jesuítas não encontrou eco nas camadas populares, que mostraram desde o início uma certa animosidade. Esta atitude será compreensível se tivermos em conta que os jesuítas tinham apoiado o bispo, D. Pedro de Castilho, nas lutas que anteriormente tinha travado com a justiça secular, ou seja, contra o corregedor Ciprião de Figueiredo; que estes padres gozavam de privilégios especiais que lesavam directamente os interesses do povo – por alvará de 10 de Janeiro de 1575 podiam embarcar livremente todo o género de cereais – e, finalmente, pela sua actuação religiosa que se caracterizou pela criação de um clima de terror e de repressão aos costumes.

Frutuoso afirma que o trabalho dos padres era de muito serviço a “Nosso Senhor por haver na terra [Terceira] muitos casos em que entender desta matéria de abusos e vícios”. Assim, alguns jesuítas “faziam muito fruto com as suas pregações, e muito mais se enxergou com os terramotos e grandes tremores, que então na dita ilha Terceira sucederam, com temor dos quais, e por meio das pregações que os padres faziam (...) andava a gente tão atemorizada com isto e com as pregações da morte, juízo e inferno que se lhe faziam”¹³. Pero Gomes notabilizou-se pelas suas pregações e de tal modo elas resultavam que foi enviado a S. Miguel, onde “houve grandes restituições de dinheiro, fama e outras coisas”.

Distanciados do povo e das outras ordens religiosas que não os apoiavam, os jesuítas procuraram reforços nos elementos indecisos da nobreza, amedrontando-os com as confiscações de bens e os castigos que poderiam sofrer, caso não se juntassem a Filipe II. Paralelamente, em conjunto com um amplo sector de graúdos da terra preparavam-se, na sombra, para aclamar o rei espanhol.

A 29 de Setembro de 1580 surgiu na baía de Angra uma nau castelhana, o que levou os fidalgos terceirenses a pensar que ela vinha da parte de Filipe II. A grande oportunidade parecia ter chegado. Tiradas as sortes entre os fidalgos, coube a João de Betancor ir pelas ruas da cidade levantar a voz por Filipe II. Lá foi João de Betancor, “capitão dos de cavalo, muito dado a cavalaria, a trunfos e vaidade correndo as ruas da cidade gritando em alta voz: “Viva el-rei D. Filipe, viva, e quem o contrario disser, morra”.

Ao passar junto de Ciprião de Figueiredo, que estava acompanhado por um grupo de pessoas, foi interceptado e interrogado: “que coisa é esta, senhor João de Betancor?”, ao que o fidalgo respondeu: “Senhor venho pedir a V. S.^a mande não atirem da fortaleza àquela nau, que é de el-rei D. Filipe”.

Palavras não eram ditas, começou o povo a chegar gritando: “Mata, mata este traidor, que vem alevantando voz em terra por el-rei D. Filipe” e “tão furiosos vinham que não havia remédio senão matá-lo”¹⁴

De facto, foi um penar de trabalhos para conseguir livrar o fidalgo das mãos do povo. O Governador Ciprião entregou-o a “certos homens” que o protegeram da ira popular, metendo-o numa casa particular, mas o povo, que perseguia o traidor, arrombou as portas à machadada. Apareceram, entretanto, alguns nobres que acalmaram a “populaça”, mas João de Betancor foi para a prisão sempre vigiado pelo povo. Um povo que quebrara todos os vinculos de subordinação e rompia “em movimentos revoltosos e anárquicos”, de tal forma que a “autoridade do Governador é fraca para conter o cego impeto da populaça”¹⁵. Daqui em diante a “populaça” será cada vez menos um mero espectador, passando a impor a sua vontade, mesmo contra a opinião do Governador.

João de Betancor foi preso por ter levantado voz por Filipe II, mas outros “cidadãos de nome e principais da cidade” só por terem publicamente desaprovado o procedimento do povo também foram presos e insultados. Os amigos de João de Betancor, com ele conluiados, para não terem o mesmo destino, fugiram da cidade para as suas quintas e viveram a monte, durante algum tempo.

A primeira tentativa organizada de um vasto sector da fidalguia terceirense para aclamar Filipe I falhou redondamente, devido à intervenção enérgica dos populares que não perdoavam aos traidores. O prestígio de que gozava João de Betancor, conforme apontam alguns autores, de nada lhe serviu. “As circunstâncias eram muito apropriadas para semelhantes vinganças, uma boa parte da fidalguia estava comprometida na facção espanhola, e em todos os lugares não se

ouviam diariamente mais que gritos repetidos e tumultuosos para serem presas todas as pessoas suspeitas”¹⁶

A conjura era obra da nobreza e, para que não ficassem duvidas, Frutuoso acrescenta que nela não entraram os oficiais mecânicos. Mas se a conjura foi posta em prática pelos nobres, por detrás estavam os jesuitas e, provavelmente, o bispo D. Pedro de Castilho que pouco tempo antes fugira da Terceira para S. Miguel. Note-se que João de Betancor iniciou o seu acto saindo da casa dos jesuitas. O povo soube da cumplicidade dos padres e também não lhes perdoou.

A medida que o processo avançava iam sendo dominados na Terceira todos os inimigos de Prior do Crato.

Em S. Miguel, a situação desenrolou-se de forma completamente diferente. Logo depois da derrota de D. António, em Alcântara, clarificou-se a posição micaelense: os governantes da ilha apostaram em Filipe II e conseguiram neutralizar qualquer gesto ou intenção contrária. Muitos dos que haviam apoiado D. António mudaram de casaca - o próprio Grão capitão foi entregar-se a Filipe II oferecendo-lhe os seus serviços.

Dois personagens importantes, o capitão do donatário e o Bispo, contribuíram para que S. Miguel se inclinasse para o lado de Espanha. O capitão do donatário, Rui Gonçalves da Câmara, encontrava-se em Lisboa desde 1578 tratando de negócios pessoais e acompanhou de perto o desenrolar da crise dinástica. Por ser partidário de Filipe II, as suas casas de Lisboa foram saqueadas e habitadas durante algum tempo pelos homens de D. António. De Lisboa, o Donatário manteve os seus subordinados e amigos ao corrente da correlação de forças, fazendo assim engrossar a facção filipina. O papel do Bispo D. Pedro de Castilho não deve ter sido menos importante na medida em que poderia servir-se do clero e do pulpito para rotular D. António e os seus apoiantes de hereges.

A 31 de Janeiro de 1581, a Câmara de Ponta Delgada escreveu a Filipe II mostrando-se contente pelo facto de ele ser rei de Portugal. “É pouco honrosa para os micaelenses esta servil e ignominiosa carta (...). O procedimento da Câmara de Ponta Delgada tinha sido naturalmente inspirado pela Bispo D. Pedro de Castilho e pelo donatário e representaria, porventura, como em Portugal, a opinião de alguns nobres e do clero, mas não a de todos os micaelenses”¹⁷. O povo estaria com a coração do lado de D. António, mas a estrutura social não permitia uma reacção popular como na Terceira.

Ciprião de Figueiredo sabendo do comportamento da Câmara de Ponta Delgada escreveu-lhes: “Lembro as V.M. que tudo quanto os castelhanos houveram em Portugal lhes entregaram os nossos portugueses, cuja fama de traidores nem eles nem seus descendentes nunca até ao fim do mundo perderão, estes foram guiados a tamanha desventura por medo e ambição; e nós com esforço e lealdade venceremos tudo e ficará de nós perpétua memória”. A carta continua censurando

a Câmara por ter enviado um vereador a Filipe II e remata: “Peza-me muito de se haverem em cousa de tanto peso de tal maneira porque têm a el-rei D. António, nosso senhor, jurado por rei e natural senhor seu (...) e agora tanto depressa, sem cerco, sem inimigos à porta, sem tempo, sem causa, sem lho pedirem, irem ou mandarem-se assim entregar (...) pois uma mulher, ainda que não muito casta, se a não pedem não se entrega, quanto mais uma cidade tão nobre ...”¹⁸

Em Março, a Câmara respondeu a Ciprião mostrando o seu espanto pelo facto de o Corregedor a incitar a apoiar D. António, “cousa tão fora de razão”. Na mesma altura escreveu a Filipe II denunciando a atitude de Ciprião, comportamento este que se repetiu posteriormente, pedindo-se, até, a intervenção do rei espanhol, visto que a “gente das Ilhas de baixo” continua na sua “herética e depravada opinião”.

De facto, o povo terceirense não desistia da sua “depravada opinião” que se repercutia no interior de S. Miguel; as vitórias dos terceirenses mantinham a chama acesa aos partidários de D. António e, por isso, a fidalguia micaelense pedia a intervenção enérgica de Filipe II, receosa de qualquer alteração na ilha.

As diversas tentativas feitas pelos emissários do rei espanhol, para conseguir a obediência dos terceirenses, saíram sempre frustradas. Perante um comportamento intransigente, Filipe II nomeou Ambrósio de Aguiar, Governador das Ilhas, que partiu para a Terceira com cartas de perdão. A resposta dos terceirenses continuou a ser negativa e Ambrósio de Aguiar seguiu para S. Miguel, onde fixou residência.

Por carta de 24 de Fevereiro de 1581, Filipe II informa o Bispo que enviou Ambrósio de Aguiar, como Capitão-Mor e Governador das Ilhas; pede-lhe que ajude a Governador, mas que o avise daquilo que “deva ser avisado”. D. Pedro de Castilho era, assim, o homem de confiança de Filipe II, uma vez que o Governador “de tudo lhe deveria dar parte e em tudo deveria com ele acordar”¹⁹.

Por esta correspondência ficamos a saber de algumas divergências, não especificadas, entre Ambrósio de Aguiar e os oficiais da Câmara de Ponta Delgada. Filipe II pede ao Governador para que não “ligue às coisas pequenas quando delas se podem causar grandes inconvenientes”²⁰.

A situação parece ser, portanto, pouco segura. O bispo, numa carta, deu conta a Filipe II da situação “trágica” que se vivia na Terceira, pediu-lhe autorização para abandonar S. Miguel, mas recebeu resposta negativa²¹. A atitude de D. Pedro de Castilho se, por um lado, revela receio da evolução dos acontecimentos, pode, também, ser interpretada como uma forma de pressionar o rei a agir com urgência e violência. Noutra carta afirma que “não há já que tratar por meios suaves, de que aquela gente está tão incapaz de entender a sua obrigação”.

Temos, assim, um sector da classe dominante micaelense, liderada por D. Pedro de Castilho, a apoiar Filipe II e a pressioná-lo para intervir com energia contra os terceirenses. As classes populares da ilha estão com o coração do lado de

D. Antônio, como refere Frutuoso, mas impotentes para qualquer acção organizada.

A Batalha da Salga e a prisão dos Jesuítas

No Verão de 1581, Filipe II decidiu enviar uma armada a S. Miguel, sob o comando de D. Pedro de Valdez, para conservar os moradores na sua obediência e escoltar as embarcações da Índia. Depois de uma passagem por S. Miguel, D. Pedro de Valdez partiu para a Terceira, em Julho de 1581, onde apreendeu junto à costa um barco de pescadores e obteve informações sobre o estado da ilha. O comandante da armada, depois de vários disparos sobre a cidade, resolveu desembarcar as suas tropas na Terceira, não esperando pelos reforços de D. Lopo de Figueroa, conforme o combinado.

Os terceirenses aperceberam-se das manobras dos espanhóis, reforçaram as vigias e prepararam-se para responder. A 25 de Julho de 1581, os homens de Valdez desembarcaram na baía da Salga convencidos que a ilha estava mal guarnecida e “cuidando que gente bisonha e pouca pratica” seria facilmente vencida.

As reduzidas forças militares ali estacionadas resistiram com arcabuzadas à primeira investida, mas a população de S. Sebastião e Porto Judeu entrou no combate à pedrada, à falta de melhor armamento. Diz nos Fructuoso: “logo que começaram os espanhóis de caminhar pela terra dentro, gente de S. Sebastião os deteve e fez tornar para o mar, mais com pedradas que com armas”²².

A luta começou assim com a população, masculina e feminina, engajada no combate. Brianda Pereira, cujo nome ficou na história, é apenas o simbolo desta luta feminina empenhada na resistência ao invasor. Pedro de Frias afirma na sua *Cronica* que, durante estes anos, as mulheres andavam de armas nas mãos, junto dos maridos, “deixavam as suas obrigações de casa, faziam romarias, ajuntando-se em companhias, elegiam capitães, não eram tão poucas, que passavam de 200 ou 300”.

Durante horas e horas a refrega aqueceu. Quando os espanhóis lançaram fogo às searas, a fúria dos rurais aumentou: não pode ser gente cristã a que põe fogo às searas, diziam. A luta endureceu com a chegada de reforços das milícias comandadas por homens da confiança de Ciprião de Figueiredo. Como as pedradas já não bastavam e os arcabuzes eram insuficientes, surgiu a ideia de lançar gado contra os espanhóis. Dito e feito: algumas dezenas de rezes foram arregimentadas para investir contra o invasor.

“Foi este o dia em que (se me é licita a expressão) até os bois da ilha pugnaram pelas seus lares. Conduzidos na frente dos insulamos, remeteram contra os espanhóis com tal fúria que, a poucos passos, causaram nas suas fileiras a mesma

desordem que os elefantes de Pyrrho nas legiões romanas²³. Os castelhanos não aguentaram o impacto: “muitos se botaram ao mar e, como iam armados, se iam ao fundo; outros, para tirarem as armas ao longo do mar, não as podiam tirar tão presto, que os não matassem”²⁴.

Com esta vitória aceleraram-se os conflitos sociais na Terceira. A “gente miúda” ganhou confiança em si própria, depois de vencer inimigo tão poderoso sem o comando dos nobres. Os oficiais mecânicos, sector mais organizado da “arraia-miúda”, que durante estes anos da resistência “não trabalharam em seus officios e andaram com as armas às costas ocupados com elas”²⁵, estiveram na linha da frente da batalha da Salga, onde morreram dez, como acentua Frutuoso.

Ao chegarem a Angra fizeram procissão dando “graças a Deus pela vitória que fora servido dar na terra, estando ela com gente tão mal adestrada e desaparecida de armas”. Só os jesuítas não participaram na festa popular.

“Ficaram tão ufanos os da terra desta pequena vitória (...) que começaram a dar no termo de bisonhos soldados com muita insolência, vestindo-se os plebeus dos muitos vestidos ricos e bons dos honrados moços [espanhóis]; e, em gente baixa esta novidade altera e, depois, pelos desvios que tiveram os mecânicos, que eram estes, não usaram de seus officios, levantando falsos testemunhos a quem tinha alguma coisa; e entravam nas casas e roubavam com crime de dizerem ser algum castelhano”²⁶.

A perseguição “aos que tinham alguma coisa” iria começar das mais diferentes formas, muito especialmente aos defensores de Filipe II.

D. Pedro de Valdez, apesar de derrotado, manteve o bloqueio à ilha. Contudo, chegou a Angra um navio com notícias de D. António, que estava em França organizando forças para derrotar o usurpador. O povo, vibrando de entusiasmo, pediu ao Senado angrense e a Ciprião de Figueiredo que fossem confiscadas as rendas dos jesuítas até à vinda de D. António. O pedido popular não foi aceite, nem pelo Governador, nem pelo Senado, que tentaram desviar o povo da sua intenção; este não se conteve e, nesse mesmo mês, fechou os jesuítas no Colégio.

Vejamos o que nos diz Frutuoso: os jesuítas, proibidos de pregar, acabaram por ser entaipados no seu “próprio colégio, fechando-lhes todas as portas, janelas e buracos da casa, de pedra e cal, de maneira que nem lucerna para verem lhes deixaram!”. Quanto às portas da igreja, “deitaram umas travessas muito bem pregadas, enquanto se fizeram uns grossos ferrolhos para lhe porem, por que as não pudessem abrir”. As chaves foram entregues a um homem “de quem se confiavam e, às quartas-feiras e sábados, lhe davam de comer, sem consentirem que outro dia se abrissem”.²⁷

Nestas condições, estiveram os jesuítas fechados, desde Julho de 1581 até finais de Julho de 1582, altura em que D. António os mandou tirar do colégio para meter num navio ancorado no porto de Angra. Nele permaneceram cerca de dois meses, sendo depois enviados para Inglaterra.

Frutuoso descreve ainda o estado de espirito da população ao dar-se a transferência dos padres, do Colegio para o navio: "uns diziam que era para os deitarem ao mar sem vela e sem remos, outros que para lhe darem furo e os afogar ali, o que cuidou fizeram (sic) se Deus lhes dera licença". Outro documento confirma este estado de espirito dos angrenses: "ao tempo que levavam os padres para a praia, lhes tiravam muitas pedradas e os moços iam com grande grita dando-lhe apupadas e palavras muito mal ditas" entre gritos de soldados e plebe²⁶.

De facto, os jesuitas passaram um mau bocado na Terceira: antes da prisão, já os amigos se afastavam do seu convívio para não serem vítimas do furor geral, chegando-se ao ponto de ninguém ir ouvir as missas do Colégio nem frequentar o templo; na prisão, não morreram de fome porque "algumas pessoas piedosas iam alta noite atirar alimentos por cima do muro da cerca", onde estavam enclausurados²⁷.

Depois da grande vitória sobre o inimigo externo, sucediam-se as vitórias populares sobre os inimigos internos. Depois da prisão de João de Betancor o povo, liderado pelos oficiais mecânicos, assumia uma fiscalização cada vez mais apertada de tudo o que se passava na ilha. Em carta de 15 de Janeiro de 1581, Filippo Sasseti já afirmava que "la gente bassa" tinha o governo da ilha Terceira³⁰.

A força dos "menores" cada vez maior

A importante vitória dos terceirenses na Salga abriu novas perspectivas de luta interna.

A vontade de servir D. António aumentou, mas aumentou também o desejo, por parte dos "menores", de imporem a sua vontade, o que implicava o afastamento de elementos da nobreza das cúpulas militares e políticas. A batalha da Salga tinha posto à prova muita gente. O próprio Ciprião de Figueiredo, conciliador e muito moderado em relação à nobreza local, apercebeu-se que alguns, apesar de se mostrarem afectos a D. António, não mereciam inteira confiança. A hora era de mudança e Ciprião de Figueiredo, pela força das circunstâncias, viu-se obrigado a modificar a milícia, para poder resistir mais facilmente a futuras investidas dos espanhóis e quebrar o poder militar da nobreza. Foram eleitos novos capitães nos três concelhos, formaram-se cerca de 20 companhias de gente de pé, acelerou-se a fortificação dos pontos mais frágeis da costa e foram nomeados homens da confiança do Corregedor para os cargos do concelho da Praia. Contudo, estas reformas de Ciprião de Figueiredo não eram tão profundas quanto o povo desejava.

Filipe II não desistia de enviar cartas com promessas de perdão, mas as respostas continuavam a ser negativas. Metam as cartas nas "partes cubertas de

uma jumenta” – chegaram a dizer os terceirenses. Alguns dos emissários eram naturais da Terceira, mas apesar do seu prestígio ninguém lhes dava ouvidos. Gaspar Homem, um desses emissários, “logo que começou a falar não faltou muito para o matarem com pedradas, sem lhe poderem valer os parentes e amigos em que se confiava”. Foi preso e castigado.

Outros chegavam com o intuito de matar Ciprião, mas era tal o ambiente na ilha que os assassinos não tinham coragem de cumprir a sua missão. O ânimo popular crescia gradualmente, as posições radicalizavam-se e o povo pedia Justiça para os traidores. Ciprião de Figueiredo mostrava-se brando e benevolente para com os condenados e para com os jesuítas entaipados. O povo não admitia atitudes dúbias e desconfiou de Ciprião, acusando-o de conivência com Filipe II.

A fase conciliatória havia terminado e o Corregedor tinha os dias contados como líder da resistência aos castelhanos. Pedro de Frias, na sua *Crónica*, descreve a preparação e realização de um motim contra Ciprião de Figueiredo, com o intuito de o afastar e substituir por um homem de confiança. Os oficiais mecânicos, “gente rustica e plebeia”, insultaram o governador e puxaram das espadas contra ele. Ciprião ameaçou castigá-los e recebeu como resposta: “bem enganado estais não haveis de castigar ninguém”. Começaram os gritos e as vozes na cidade contra o Governador que saiu vivo do motim, mas impotente para castigar fosse quem fosse³¹.

De facto, o Governador já não conseguia controlar a situação e insistiu junto de D. António para que este viesse à Terceira. O rei já estava informado de tudo, porque várias cartas lhe tinham chegado às mãos com queixas contra o Governador Ciprião.

Em princípios de 1582, Ciprião de Figueiredo foi substituído por Manuel da Silva, conde de Torres Vedras, que ocupou o cargo de Governador, ficando Ciprião como Corregedor, apenas. D. António não duvidava da fidelidade de Ciprião, mas o seu afastamento político era oportuno, para evitar problemas de maior.

Ao chegar à Terceira, o conde foi visitado pelas diversas entidades e muitos particulares; levantou em Angra Casa da Suplicação do Cível e do Crime, Mesa do Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e, mais tarde, Casa da Moeda.

Começaram, então, as sentenças aos presos, já que a cadeia estava cheia de “muitos homens principais da terra”, fora os que andavam a monte e os que já tinham fugido da ilha. João de Betancor foi sentenciado a ser-lhe cortada a cabeça e os seus bens confiscados para a Coroa; os que fugiram ficaram sem bens e as respectivas mulheres foram presas; outros foram sentenciados com perda de fazenda e dinheiro para a Coroa. Os jesuítas foram convidados a aderir à causa de D. António. Perante a recusa, Manuel da Silva “mandou tirar tudo o que havia no Colégio, até os próprios sinos que mandou para as fortalezas para com eles se darem sinais às tropas”³².

Foram proibidas, também, as saídas de pessoas e mercadorias da ilha. Contudo, João Dias de Carvalhal, fidalgo abastado, pediu licença ao conde para ir ver el-rei D. António. Dada a autorização, o fidalgo fez as malas e seguiu para Lisboa, onde prestou obediência a Filipe II, pedindo-lhe o hábito de Cristo. Manuel da Silva seguramente previra o comportamento do fidalgo que, apesar de muito bem relacionado com Ciprião de Figueiredo, já tinha dado provas de pouca fidelidade a Prior do Crato - foi, por exemplo, um dos que defendeu o desembarque na Terceira de Ambrósio de Aguiar, governador nomeado por Filipe II. Habilidosamente, o conde conseguiu ver-se livre de um dos homens mais influentes na terra; sabendo da traição, prendeu-lhe a mulher e apoderou-se de todas as suas rendas. O caso serviu de exemplo, tornando-se as relações com a nobreza cada vez mais tensas.

A chegada de Manuel da Silva, à Terceira, desbloqueou a situação de impasse criada por Ciprião. Vários autores explicam as razões desta mudança, rotulando o conde de homem muito severo e cruel. Não parece que seja só isso. As regras do jogo estavam definidas: ou ele se adaptava ou corria o risco de lhe acontecer o mesmo que a Ciprião de Figueiredo. É verdade que o conde tinha razões pessoais para ter raiva aos castelhanos e aos partidários de Filipe II, porque o duque de Alba lhe havia aprisionado a mulher e três filhos. Mas as razões apontadas não são, contudo, suficientes para explicar o seu comportamento. Se ele foi duro para com os opositores, explica Drummond, deve-se, em parte, aos gritos do povo que o levaram a isso. Acrescenta o mesmo autor que o conde se tornou "inteiramente popular impaciente e desarrazoado contra os nobres, sem deles se confiar, antes esquecido de quanto lhes cumpria agradá-los; nas companhias de ordenanças os sujeitava aos mecânicos, nem da sua boca havia a quem deixasse de chamar traidor; motivo porque eles recebiam do povo muitas descortezias e se afirma que o autorizava para que, encontrando pelas praças ou ruas três homens de suspeita falando em segredo, os maltratasse."³³

Ora, o conde tornou-se popular porque se colocou ao lado da arraia miuda e lhe deu mais força. Alguns oficiais mecânicos passaram a sargentos de companhia e almotacés de limpeza e muitos receberam a hábito de Avis; o conde quebrou todos os privilégios da cidade e entregou-os aos oficiais mecânicos, chegando a prender na cadeia pública os juizes com as varas na mão.

A chegada do conde desbloqueou um processo revolucionário em ebulição e pôs fim a um período de indecisões e conciliações. Nem os padres franciscanos escaparam a toda esta dinâmica. "os quais permitiam as coisas que mais expressamente proibia a Lei; arrogaram a si o direito de absolver todo o género de maldades; aprovaram os caprichos todos do povo". Apoiavam as suas opiniões mais extravagantes com passagens da Sagrada Escritura, que eles aplicavam como lhes parecia, e para maior desordem deixaram-se "arrastar numa desenfreada devassidão e moviam outros a imitá-los"³⁴. Os jesuítas foram os únicos que se opuseram a esta "corrupção geral" e, por isso, estavam enclausurados.

Mas há mais: frei Pedro, o homem que havia combatido heroicamente na Salga, “barlaventou”, ou seja, mudou de opinião. Não houve benevolência para com ele: prenderam-no e maltrataram-no. O provisor e Vigário Geral da diocese, que substituía o bispo refugiado em S. Miguel, foi afastado por ser amigo dos jesuítas e demasiadamente “calado”; o Cabido e mais clérigos da ilha declararam a Sé vacante, formaram culpas contra o bispo, retiraram-lhe a obediência e nomearam novo Provisor e Vigário Geral.

O empenhamento na defesa dos direitos de D. António, como rei de Portugal, era acompanhado por uma profunda luta política e social na ilha Terceira. Perante tal situação, não é de estranhar que as classes privilegiadas desejassem Filipe II. Era preferível servirem o rei espanhol, mantendo os seus privilégios, a serem governados pelo povo miúdo “que se vingava das passadas opressões. Surdiu daí desfalcar-se o partido de D. António de alguns fidalgos que preferiam o despotismo do rei espanhol à soberania da canalha portuguesa”³⁵.

Um “governo de menores”

Em Junho de 1582, os terceirenses receberam a notícia, com grande entusiasmo, de que D. António se dirigia à Terceira, acompanhado de uma grande armada, de franceses e ingleses.

As forças do Prior do Crato passaram primeiro por S. Miguel (Julho), que seguia o partido de Filipe II. Depois de alguns recontros, os homens de D. António dominaram praticamente toda a ilha, à excepção de uma fortaleza em Ponta Delgada, onde estavam refugiados os graúdos da terra.

A sua chegada a S. Miguel, D. António foi informado de que o “povo o desejava mas não podia com suas obras corresponder a servi-lo, conforme seus corações, por amor dos grandes da terra que a subjugavam.”³⁶

A presença de D. António e dos seus acompanhantes em S. Miguel foi aproveitada para se desfazerem as calúnias até então apregoadas. Assim, durante uma missa realizada na Igreja Matriz do Arcanjo S. Miguel, em Vila Franca do Campo, um padre da companhia, Faustino de Maiorga, foi autorizado a fazer uma pregação. Todavia, outro frade, frei José, acompanhante de D. António, não aprovou o que ele dissera e criticou o padre jesuíta por só ter falado do Evangelho e não ter explicado aos presentes as razões que levavam D. António a combater os espanhóis. Pelo teor da sua intervenção, apercebemo-nos que D. António tinha sido, até então, rotulado de herege, bem como todos os seus apoiantes, portugueses e estrangeiros. Frei José disseceu todos os argumentos dos adversários e foi mais longe: “Sabei que quando são guerras necessárias, Deus as quer e permite (...) também nesta jornada nada se pode acabar senão por guerra. Bem vedes

quanto nos é necessário alcançar nosso rei a vitória, para que fiqueis todos livres desses luteranos, espanhóis e castelhanos, que desejam e querem tomar vossas fazendas e terras, e cativar vossas mulheres e filhas”¹².

A defesa de D. António estava feita, utilizando-se as mesmas armas dos adversários. Em termos militares, quando se preparavam para aclamar o rei e atacar o núcleo de resistentes enclausurados na fortaleza, apareceu o marquês de Santa Cruz com uma grande armada, nas águas de S. Miguel. D. António seguiu logo para a Terceira, acompanhado de alguns homens, mas a maioria das suas forças ficou sob o comando de Strozzi, para dar combate aos espanhóis. Uma violenta batalha naval acabou por dar a vitória a estes, que beneficiaram de uma fuga traiçoeira de alguns franceses. S. Miguel continuou, assim, do lado de Espanha.

O marquês de Santa Cruz vingou-se nos franceses e micaelenses partidários de D. António. O sangue dos degolados derramado pelas ruas “passaria de uma grande pipa”. Filipe II nas suas cartas de perdão aos habitantes da ilha, inclui listas de homens que não recebem essa graça, pelo facto de terem sido apoiantes activos do Prior do Crato.

Entretanto, D. António estava em segurança na Terceira, onde tinha sido preparada uma grande recepção. Todos ansiavam vê-lo e, talvez mais do que isso, muitos procuravam e aproveitavam a oportunidade para lhe mostrar uma fidelidade que em muitos casos era duvidosa. D. António estava informado da situação, sabia das traições, e preveniu-se.

Ladeado, à direita, por Ciprião de Figueiredo e Manuel da Silva, à esquerda, D. António “vendo apear os homens de cavalo, para lhe irem beijar a mão”, perguntava a Ciprião de Figueiredo: “Que homem é este?”. Se Ciprião afirmava que era homem de confiança, recebia-o com rosto “mui alegre, sem consentir que o abraçassem pelos pés mas, tomando-os pelas mãos, lhe botava o braço pelo pescoço”. Mas aqueles que Ciprião não reconhecia lançava-lhes o desprezo.

Muitos nobres passaram por estes vexames e o escândalo aumentou quando D. António recebeu de braços abertos alguns escravos que Ciprião conhecia e afirmava estarem ao seu serviço¹³.

O facto de Ciprião de Figueiredo acompanhar sempre D. António prova, como já se disse, que o rei continuava a confiar nele, mas esta reintegração não alterou a posição dos terceirenses face ao Corregedor.

A chegada a Angra e a recepção feita pelos “oficiais da Câmara, mestres e mais gente” havia de trazer outras surpresas.

A avaliar pelas informações dispare, não foi tarefa fácil escolher a pessoa para dar as boas vindas a D. António e transmitir-lhe os desejos dos terceirenses. Diz-nos Drummond que a Câmara encarregou frei Pedro da Graça de “fazer a prática” e que o povo, quando tomou conhecimento da escolha daquele pregador, se amotinou porque o considerava suspeito. O conde mandou ouvir os oficiais da

Câmara, mas o povo continuou amotinado e pretendia incendiar o edifício onde estavam reunidos. Ciprião de Figueiredo, ao presenciar o sucedido, meteu os cabecilhas na cadeia, mas o conde, mandou soltá-los logo de seguida, porque os amotinados já se insurgiam contra ele. Frei Pedro acabou por tomar a iniciativa de pedir à Câmara que o desonerasse da “prática” e os ânimos acalmaram³⁹. O povo pediu ao conde que nomeasse outro pregador e deu-lhe três hipóteses de escolha.

Na *Relação*, de 1611, afirma-se que o orador foi um dos vereadores que pegava nas varas do pátio. Pedro de Frias, na sua *Crónica*, refere que o discurso foi proferido por mestre Agostinho, escolhido por D. António. Frutuoso, por sua vez, atribui o discurso a frei António Merens, frisando que “houve divisões” sobre quem falaria a D. António.

Toda esta agitação mostra bem o empenhamento das várias forças em jogo para escolher um orador de confiança.

Frutuoso, no entanto, revela o essencial do conteúdo do discurso a D. António: o orador manifestou a lealdade da “gente daquela ilha e mais ilhas, principalmente do povo miúdo delas” e pediu ao rei “que seus povos, quando Nosso Senhor o pusesse em seu Estado, fossem regidos e governados pelos menores, pois eles sempre lhe foram e eram tão leais que, por seu serviço tinham vendido suas fazendas”⁴⁰.

Trata-se, sem dúvida, de um dos momentos mais altos de todo este processo. O discurso tem um conteúdo sociopolítico profundo, o que justifica toda a agitação para a escolha do orador.

Na Terceira, numa situação de excepção e extemporânea, governavam “os menores”, mas pedia-se a D. António que fizesse o mesmo quando fosse rei de todo o Portugal – “que seus povos sejam regidos e governados pelos menores”. Na Terceira, a luta pela defesa dos direitos de D. António foi-se consolidando como uma luta pela instauração de uma nova ordem política e esse objectivo era a alma da resistência popular mais aguerrida.

O discurso desagradou, logicamente, aos apoiantes de Filipe II que não desistiam da ideia de eliminar D. António. Continuavam a conspirar na sombra, mas o monarca português estava avisado e precavido. Quando saía para a cidade ou viajava pela ilha, ia sempre bem acompanhado por gente de confiança, visto que não confiava nos grandes da terra e sabia que um dos seus amigos íntimos, Duarte de Castro, era traidor. Não levou muito tempo para que este seu válido pusesse em prática o plano para eliminar D. António. O plano falhou e Duarte de Castro foi culpado de crime de traição ao rei e acusado, também, de haver subornado alguns capitães da armada do Prior do Crato para abandonarem o combate naval defronte da ilha de S. Miguel. Outros planos traiçoeiros foram, do mesmo modo, descobertos.

As cadeias públicas, os cárceres, o aljube, o Colégio e até alguns navios estavam cheios de filipistas. Aos que andavam a monte, D. António lançou pregão para que voltassem a casa, sob pena de perderem as suas fazendas.

Em contrapartida, o Prior do Crato parecia não recear os homens do povo. Nos seus passeios recebia os trabalhadores tal qual como estavam "com suas garnachas e foices nas mãos".

Durante a sua permanência na ilha, continuaram as fortificações e D. António prometeu enviar reforços, quando partiu. O povo queria ver-se livre dos traidores e pediu ao rei para que embarcassem todos com ele, que não ficassem na ilha, "que tanto a perturbavam". Prior do Crato aceitou a proposta. Enviou os jesuitas para Inglaterra e levou consigo cerca de oitenta nobres. Ciprião de Figueiredo também o acompanhou e, na Terceira, "a gente miúda" ficou com vontade de resistir ao agressor castelhano com a esperança de ter um dia um governo de "menores".

Vencidos ... mas não convencidos

Depois das despedidas a D. António, o conde Manuel da Silva ficou governando a Terceira com vastos poderes e o apoio do povo, entusiasmado com a visita régia. A reorganização militar continuou a fazer-se, promovendo-se homens de confiança para postos de comando. O processo revolucionário que se desencadeara alterou a hierarquia tradicional e colocou elementos da nobreza sob as ordens de oficiais mecânicos.

Filipe II, por seu turno, não desistia de mandar emissários, solicitando a rendição em troca de boas promessas. Uma dessas propostas, por exemplo, dava ao conde Manuel da Silva, se ele se entregasse, o título de Marquês, 30.000 cruzados em dinheiro e o governo da ilha. Todavia, o conde ao ler a proposta, na presença de vários indivíduos, rasgou-a e deu resposta negativa.

A situação complicava-se para Filipe II e seus partidários visto que o conde conseguiu subornar um desses emissários e colocá-lo ao seu serviço na ilha. Foi o caso de Amador de Vera (Vieira?) que passou a trabalhar para Manuel da Silva, denunciando os amigos do rei espanhol¹¹.

Em princípios de Junho de 1583, chegou à Terceira uma armada comandada pelo comendador de Chastes, cumprindo-se a promessa de D. António em enviar reforços. Começaram, então, a surgir vários problemas.

Em primeiro lugar, desconfiava-se da lealdade dos franceses dado que, no ano anterior, algumas galeras tinham abandonado o combate naval contra os espanhóis, em S. Miguel; por outro lado, o mau comportamento das tropas francesas complicava mais a situação: os soldados do comendador comportavam-se mal, sendo frequentes os combates de rua entre franceses e terceirenses.

Com a intuito de quebrar a sua força, o conde mandou 400 franceses para o Faial, aproveitando o aviso de que os espanhóis vinham naquela direcção.

Em Julho de 1583, apareceu a armada do marquês de Santa Cruz junto à Terceira, preparada com muitos cuidados por Filipe II.

D. Alvaro Baçan, marquês de Santa Cruz, levava consigo "poder civil e criminal para julgar e castigar conforme a justiça aos que forem escandalosos, rebeldes e desobedientes" e recebeu instruções para que tivesse todo o cuidado com o pessoal de bordo, "capitães, mestres e gente mareante portuguesa e estrangeira para que não haja diferenças e que estes sejam bem tratados e acarinhados"⁴².

Apesar de todo o poderio militar, o marquês desabafou numa das suas cartas que a "empresa não é tão fácil como alguns a fazem", aparecendo, noutras, frequentes dúvidas sobre a vitória. A derrota de Valdez na batalha da Salga estava bem presente.

Chegada a armada à Terceira, partiram os emissários para terra. S. Majestade concedia graça de perdão a todos os vizinhos e "estantes" na ilha Terceira e nas demais, protegendo vidas, bens e fazendas. Garantia, também, que seriam amparados no seu comércio e sossego e não ficariam sujeitos ao saque desde que não oferecessem resistência e deixassem desembarcar em terra toda a gente da Real Armada e se submetessem a Filipe II.

Promessas destas já os terceirenses estavam fartos de recusar. Os franceses, apesar das regalias e facilidades que lhes eram concedidas solidarizaram-se com os terceirenses e o combate era inevitável.

A 26 de Julho de 1583, o marquês de Santa Cruz desembarcou as suas tropas na baía do Porto das Mós. Apesar da superioridade e da boa organização dos espanhóis, os de terra conseguiram resistir aos primeiros recontros. No desenrolar da luta foram surgindo desinteligências entre terceirenses e franceses, o que facilitou a vitória do agressor. Manuel da Silva só apareceu no local de combate muito tempo depois do início da luta. Disse ao comendador de Chastes que não podia ir a combate porque Deus lhe tirara a força e o entendimento, "mas prometia ir a ela todos os portugueses que trazia consigo (...) ficando entretanto olhando pelos negócios, o que era mais próprio que a peleja"⁴³.

E quais eram os negócios do conde ?

Vejamos: ainda antes da chegada das tropas espanholas, Manuel da Silva havia mandado fazer uma caravela ligeira, no Porto de Pipas, dizendo que era para os avisos. O povo desconfiava das suas intenções, devido ao empenhamento com que acompanhara a construção da mesma. Um angrense, de alcunha "o cento e vinte" (ou "pinto vintém"), foi castigado por ter defendido em público que o conde pretendia fugir na caravela. De facto, quando as coisas começaram a dar para o torto, o conde tentou a fuga, mas foi impedido pelos capitães. Dirigiu-se, então, para os Biscoitos com o intuito de encontrar algum barco que o levasse para outra

ilha. As mulheres dos Biscoitos, sabendo antecipadamente da sua intenção, desfizeram todos os barcos do porto e Manuel da Silva viu-se obrigado a andar a monte, disfarçado.

Entretanto, continuava a luta com os espanhóis, cuja supremacia militar lhes permitiu avançar em terra. Os franceses retiraram para o interior da ilha e os terceirenses, desamparados, acabaram também por fugir. Uma vez refugiados na Agualva, os franceses estabeleceram um plano com os capitães da Praia para atacarem os espanhóis, mas o plano foi denunciado. Os espanhóis, vencidas as resistências, seguiram em direcção à cidade. O marquês deu-lhes autorização de saque por três dias, que se prolongaram por mais tempo, de tal modo que não "ficou ferrolho nem fechadura" nas portas. Até o relógio da cidade levaram.

O saque durou dez dias e foram muitas as barbaridades cometidas: muitos foram mortos, depois de saqueados, e muitas mulheres foram desonradas "pelos matos, e algumas se acharam mortas por não quererem, e muitos homens enforcados e mortos"⁴⁴.

A cidade ficou despovoada e as igrejas encheram-se de gente. O marquês mandou deitar pregão para que todos voltassem a suas casas. As prisões sucederam-se e os castigos também. Muitos foram condenados à forca, outros perderam os bens, e os filhos e netos foram declarados incapazes para todos os empregos públicos; outros, ainda, ficaram sem os privilégios e liberdades concedidas pelos reis anteriores; a moeda de D. António foi mandada queimar e proibida a sua utilização sob pena de morte.

Quando se consulta as listas dos condenados fornecidas pelos cronistas ou outros documentos da época fica-se com a impressão de que, afinal, a resistência era obra de poucos. Puro engano. O espanhol Mosquera de Figueroa esclarece na sua Relação que eram muitos os culpados mas que não castigaram todos porque se podiam causar males irreparáveis⁴⁵. Mais importante do que o castigo aos terceirenses rebeldes era a recuperação da ilha como ponto de apoio importante à navegação do Atlântico.

Tal como na batalha da Salga, uma vez mais a "gente miúda" esteve na primeira linha da frente. O comendador de Chastes, numa conversa com o marquês de Santa Cruz, dizia que os franceses eram poucos e a gente da terra era canalha⁴⁶. Talvez haja intenção do comendador em justificar a derrota que sofreu, mas Figueroa confirma o desabafo do francês ao afirmar que uma das dificuldades dos espanhóis "era a de ter de combater gente rebelde, não pela força que tinha mas por vontade própria e ainda briosos e enobrecidos com o sucesso que obtiveram sobre D. Pedro de Valdez". E entre esses "rebeldes" encontraram os espanhóis pela frente "grande quantidade de escravos pretos que andavam fugidos pelos montes, armados de arcabuzes e mosquetes que pelejavam como bárbaros e disparavam os arcabuzes tanto a miúde que muitos lhes rebentavam

nas mãos⁴⁷. Note-se que nestes anos de resistência, pelo menos, 800 escravos “mui destros de espada e rodela” tinham conseguido a sua liberdade. Esta libertação foi outra das facetas do processo revolucionário que se havia desencadeado

Se não restam dúvidas de que nas horas de combate a “gente canalha” lutou firmemente, também não restam dúvidas de que durante toda a resistência ela fiscalizou e vigiou o desenrolar do processo.

O conde Manuel da Silva, procurando desculpar-se, acaba por confirmar o que se disse ao desabafar, depois de preso, que não entregou a Terceira pacificamente “porque me não atrevi com o povo, que receei de se alvoroçar contra mim, como fizera com um fidalgo chamado João de Betancor; e ainda assim mesmo corre entre ele como certo tê-la eu entregado, achando-se por isso tanto contra mim que não achei ninguém que me guardasse segredo, antes todos buscavam descobrir-me”.⁴⁸

Quem entregasse o conde Manuel da Silva, que andava a monte, receberia 5.000 *reales*, para além de hábito ou comenda e outras graças especiais⁴⁹. Muita gente o procurou, mas “para lhe darem a morte, por lhes haver feito perder a coragem, e ter abandonado os franceses ao acaso”⁵⁰. Depois de preso e a caminho da cidade, foi sempre insultado pelo povo, principalmente pelas mulheres, com palavras injuriosas.

O conde foi decapitado e os franceses, depois de varias negociações, saíram da Terceira deixando armas e bagagens. Ficaram os terceirenses, vencidos ... mas não convencidos: em 1640, a gente miúda da Terceira esteve na primeira linha de combate para expulsar os espanhóis.

Dominada a Terceira, o marquês de Santa Cruz enviou homens, sob o comando de D. Pedro de Toledo, para submeter as restantes “ilhas de baixo”. Ao costear a ilha do Pico, D. Pedro de Toledo recebeu o capitão-mor da banda Norte da ilha, Melchior Vieira, e o escrivão da Câmara que lhe ofereceram a vassalagem do povo da ilha do Pico, sem que ninguém os tivesse mandatado para tal. Quando regressaram os dois a terra, satisfeitos por entenderem ter livrado a ilha do saque e comunicaram ao povo que tinham dado obediência a Filipe II, foram imediatamente mortos pela gente que estava de guarda à costa. D. Pedro, desconhecendo o que se passava em terra, continuou a sua viagem para o Faial, acompanhado por um faialense, pessoa nobre e de fortuna, para servir de emissário. O destino foi o mesmo: o governador, António Guedes, recebeu as cartas, meteu-as “debaixo da rabo do seu cavalo sem as querer ler” e, juntamente com um francês, tirou a vida ao emissário⁵¹.

D. Pedro de Toledo, como não recebia resposta, resolveu desembarcar. Depois de grandes escaramuças, os espanhóis acabaram por vencer, trazendo para a Terceira muitos prisioneiros partidários de D. António.

Controlada a situação, o marquês de Santa Cruz regressou a Espanha. Com ele seguiu D. Violante do Canto, uma mulher da alta nobreza terceirense que, desde o início, havia apoiado Prior do Crato, colocando, inclusivamente, toda a sua fortuna ao serviço do monarca.

A atitude desta dama terceirense tem sido sobrevalorizada por alguns historiadores e muitos aproveitam o comportamento dela para encobrir a posição da restante nobreza da ilha. Pensamos que não se deve exagerar quanto aos efeitos da atitude de D. Violante porque, sem ela, a resistência ter-se ia feito na mesma. Se o patriotismo de D. Violante foi uma rara excepção no campo da classe dominante, ele não deve ser empolado porque é insignificante no processo.

Vejamos: o bloqueio imposto por Filipe II conseguiu afastar das ilhas revoltadas a navegação habitual, o que paralisou o comércio e, por conseguinte, um bom meio de angariar fundos para sustentar a resistência. D. Violante colocou a sua fortuna ao serviço do rei português mas, segundo reza a crónica, não chegou a ser utilizada, a não ser as "esmolas" que distribuiu. Outros processos foram postos em prática para angariar fundos:

- 1- sempre que foi possível, aprisionaram-se barcos e tomaram-se as respectivas cargas;
- 2- organizou-se uma armada de 10 navios que foi ao saque as ilhas de Cabo Verde e Arguim;
- 3- para iniciar o fabrico de moeda na Terceira, Manuel da Silva resolveu fazer um peditório. Grandes quantidades de ouro e prata foram entregues ao conde. Os amigos de D. António colaboravam de boa vontade, mas os adversários não tiveram outro remédio senão contribuir para evitar maiores desgraças. Com essas ricas cadeias de ouro e prata se bateu moeda para sustentar a resistência, se bem que o conde tenha abarbatado parte das oferendas;
- 4- algumas vezes se discutiu o levantamento de impostos, mas sempre ficou claro que o povo não devia pagar impostos, porque era a alma de toda esta rebelião. Os fundos para sustentar a revolta provinham de vários lados, mas "os que tinham alguma coisa" ou seja, a grande maioria da nobreza e burguesia, esses sim, pagaram para a causa de D. António, que foi assumida pelos "menores" como sua.

À frente da "arraia-miúda" estavam os oficiais mecânicos que controlaram e dinamizaram todo o processo. Foi devido à sua acção, com o apoio de várias camadas populares, dos escravos libertos, dos franciscanos e de alguns elementos da pequena nobreza que a defesa dos direitos de D. António foi evoluindo, gradualmente, para um processo revolucionário que subverteu a ordem política tradicional.

NOTAS

¹ Este trabalho foi publicado em 1982, na Revista História e Sociedade, nº 10. Posteriormente, em 1987, Avelino Meneses publicou a sua tese de mestrado intitulada *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, mas a sua interpretação dos acontecimentos não contemplou aspectos por nós defendidos. Por esta razão, consideramos oportuno podar a versão original, corrigir as gralhas com que saiu na referida revista e apresentar o tema para debate no CEH.

² Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II. Sobre História de Portugal*, 2ª edição, Sa da Costa, Lisboa, 1978, pp. 381-82.

³ Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no Século XVII – aspectos socio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979, p. 319.

⁴ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada, 1963, p. 183.

⁵ *Ibidem*, p. 59.

⁶ *Ibidem*, p. 30.

⁷ *Ibidem*, p. 40.

⁸ *Ibidem*, p. 54.

⁹ Maria Olímpia da Rocha Gil, *op.cit.*, p. 354.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 91-92.

¹¹ Luis Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, arte e vida antiga nos Açores*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, vol. I, 1973, p. 323.

¹² “Relação das coisas que aconteceram em a cidade de Angra, ilha Terceira, depois que se perdeu el rei D. Sebastião em Africa”, Arquivo dos Açores, vol. IX, p. 554. Esta relação escrita por um anónimo em 1611, transcrita nos volumes IX e X do Arquivo dos Açores, serviu de base ao trabalho de Francisco Ferreira Drumond.

¹³ Gaspar Frutuoso, *op. cit.*, Livro VI, pp. 123-24.

¹⁴ *Ibidem*, p. 147 e seguintes.

¹⁵ Jerónimo Emiliano de Andrade, *Topografia da Ilha Terceira*, 2ª parte, Angra do Heroísmo, 1845, pp. 123-4.

¹⁶ *Ibidem*, p. 125.

¹⁷ Francisco Athaide Machado de Faria e Maia, *Capitães dos Donatários (1439-1766)*, Ponta Delgada, 1942, p. 113.

¹⁸ Arquivo dos Açores, vol. I, pp. 468 e seguintes.

¹⁹ Manuel Coelho Baptista de Lima, “Cartas de Filipe I e Filipe II ao Bispo D. Pedro de Castilho”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VI, 1948, pp. 198 a 226.

²⁰ Arquivo dos Açores, vol. II, p. 24.

²¹ “Cartas de Filipe I e Filipe II...”, *op. cit.*, p. 217.

²² Gaspar Frutuoso, *op. cit.*, Livro VI, p.157.

²³ Francisco Jerónimo da Silva, “Fidelidade da Ilha Terceira em todas as crises da monarquia portuguesa”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XI, 1953, p. 162.

²⁴ “Relação das coisas...”, *Arquivo dos Açores*, vol. X, p.15.

²⁵ Pedro de Frias, *Cronica d'el-rei D. Antonio*, estudo e leitura de Mário Alberto Nunes da Costa, Universidade de Coimbra, 1955, p. 31.

²⁶ Gaspar Frutuoso, *op. cit.*, Livro IV, vol. III, Ponta Delgada, 1931, p. 24.

²⁷ *Ibidem*, Livro VI, pp. 136-37.

²⁸ “Sinopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania”, *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, p. 505.

²⁹ *Ibidem*, pp. 503-4.

³⁰ Filippo Sassetti, *Lettere*, Milano, 1874, p. 138.

³¹ Pedro de Frias, *op. cit.*, pp. 71 e seguintes.

³² “Sinopsis”, *op. cit.*, p. 505.

³³ Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, Tomo I, Angra do Heroísmo, 1850, pp. 264-65.

³⁴ Nicolas de La Clede, *Historia de Portugal*, Tomo X, Lisboa, 1787, pp. 98-99.

³⁵ Camilo Castelo Branco, *Eusebio Macario*, Porto, s/d, p.163.

³⁶ Pedro de Frias, op. cit., p. 416.

³⁷ Gaspar Frutuoso, op. cit., Livro IV, vol. III, pp. 69-70.

³⁸ *Ibidem*, Livro VI, p.166.

³⁹ F.F. Drumond, op. cit., p. 270.

⁴⁰ Gaspar Frutuoso, op. cit., Livro VI, pp. 167-68.

⁴¹ Antonio de Herrera, *Cinco Libros de la Historia de Portugal y conquista de las islas de los Açores en los años de 1582 y 1583*, Madrid, 1591, p. 190.

⁴² "Documentos relativos à conquista da ilha Terceira pelo Marquês de Santa Cruz", Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. III, 1945, pp. 60 e 67.

⁴³ "Viagem do comendador de Chastes à ilha Terceira em 1583", Arquivo dos Açores, vol. II, p. 227.

⁴⁴ "Relação das coisas...", op. cit., vol. X, p. 71.

⁴⁵ "Conquista da ilha Terceira, pela licenciado Cristoval Mosquêra de Figueroa, Auditor Geral da Armada e Exército d-el-rei católico", Arquivo dos Açores, vol. IV, p. 326.

⁴⁶ Gaspar Frutuoso, op. cit., Livro VI, p. 201.

⁴⁷ "Conquista da ilha Terceira...", op. cit., p. 305.

⁴⁸ F.F. Drumond, op. cit., p. 348.

⁴⁹ "Diário de Erich Lassota de Setblovo", Arquivo dos Açores, vol. III, pp. 272-73.

⁵⁰ "Viagem do comendador de Chastes...", op. cit., p. 232.

⁵¹ Pedro de Frias, op. cit., p. 330.

BIBLIOGRAFIA

Além da bibliografia constante das notas, ainda consultámos:

Araújo, Major Miguel Cristóvão de, "A Batalha do Porto das Mós", in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XVII, Angra do Heroísmo, 1959.

Baptista, A. Virgínio, *Os Açores e o rei D. Antonio Prior do Crato*, 1580-83, Barcelos, 1932.

Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana*, Lisboa, 1866.

Macedo, António Lourenço da Silveira, *Historia das quatro ilhas do distrito da Horta*, Horta, 1871.

Rodrigues, Francisco, *Historia da Companhia de Jesus na Assisténcia a Portugal*, Porto, 1939.

Sampaio, Alfredo da Silva, *Memoria sobre a ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1904.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *O Reinado de D. Antonio Prior do Crato*, vol. I, (1580-82), Coimbra, 1956.

Soares, Pero Roiz, *Memorial*, Coimbra, 1953.